

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

GCM

ARACAJU-SE

500

QUESTÕES

GUARDA MUNICIPAL

**BANCA IDECAN
E OUTRAS BANCAS**

QUESTÕES GABARITADAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos sobre Aracaju/SE
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos
- ▶ Noções de Direito Penal e Processo Penal
- ▶ Legislação Extravagante
- ▶ Legislação Municipal de Aracaju/se



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



GCM ARACAJU - SE

**500 QUESTÕES GABARITADAS
GUARDA MUNICIPAL DE ARACAJU – GMA**

Guarda Municipal

**EDITAL Nº 01 DE 28 DE MAIO DE 2026 – GMA/
SSM/SEPLOG**



CÓD: SL-212MA-26
7908433299530

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	47
3. Noções de Informática	57
4. Conhecimentos sobre Aracaju/SE	71
5. Noções de Direito Administrativo	79
6. Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos	93
7. Noções de Direito Penal e Processo Penal	107
8. Legislação Extravagante	121
9. Legislação Municipal de Aracaju/se	137

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (IDECAN - 2024)

O conhecimento linguístico pressupõe, além de outras ações, o emprego correto das palavras no contexto da frase. Nesse sentido, assinale a alternativa na qual os termos estão dispostos adequadamente.

- (A) Os objetivos dos pesquisadores vão ao encontro da vontade do projeto.
- (B) As tartarugas não gostam de sol, tão pouco de iluminação.
- (C) As tartarugas desovam aonde os ninhos estão.
- (D) O slogan do projeto diz: “conte com nós”.

2. (IDECAN - 2025)

Texto para a questão.

Texto I

A CARNE

A carne mais barata do mercado

É a carne negra

(Tá ligado que não é fácil, né, mano?)

Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

(Só-só cego não vê)

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico

E vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

(...)

Compositores: Marcelo Fontes Do Nascimento

Santana / Seu Jorge / Ulises Capelleti. Letra de A

Carne ©

Warner/chappell Edicoes Musicais Ltda, Universal

Music Publishing Ltda

Texto II

“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”

Recentemente, após os filhos de dois atores terem sido vítimas de racismo, veio à tona a discussão sobre esse crime.

O racismo sofrido pelos filhos dos atores Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso retrata de forma cabal a dívida histórica que o Brasil tem com a população negra,

que, em sua maioria, encontra-se marginalizada na sociedade. Não só a condição econômica, mas o espaço geográfico também reflete essa desigualdade, tendo em vista que o crime contra os filhos dos atores (que dispõem de poder aquisitivo) ocorreu em terras lusitanas, reforçando o caráter preconceituoso de **um país historicamente explorador da mão de obra escrava**.

(...)

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/opiniaao/2022/10/22/interna_opiniaao,1410485/a-carne-mais-barata-no-mercado-e-a-carne-negra.shtml. Acesso em: 13 abr. 2025.

Adaptado

“[...] um país historicamente explorador da mão de obra escrava.”

Em analogia à **mão de obra**, há um vocábulo formado corretamente, sem auxílio de hifenização, na alternativa

- (A) Água de colônia.
- (B) Pé de meia.
- (C) Cor de rosa.
- (D) Arco da velha.
- (E) Pé de moleque.

3. (IDECAN - 2023)

Texto para a questão

Andorinhas-azuis intrigam cientistas ao fazerem pequena ilha da Amazônia de casa

Em uma minúscula ilhota no meio do rio Negro, no estado do Amazonas, uma equipe de cientistas em duas lanchas examina atentamente o céu. Conhecida como Ilha do Comaru, ela está submersa, como acontece todos os anos em março, e apenas as copas das árvores aparecem acima da superfície.

Um grupo de andorinhas-azuis passa zunindo, cortando o ar pesado e úmido da região e, logo acima das lanchas e da ilha, um bando de pontinhos negros começa a se acumular, como nuvens de aves.

Elas formam então um redemoinho sincronizado. Poucos minutos depois, porém, caem como uma chuva de granizo negro, incrustando as árvores, enquanto o seu som se intensifica e ocupa todo o começo da noite.

A ilha de apenas cinco hectares – quase o tamanho do Estádio do Morumbi – atrai uma quantidade enorme dessas andorinhas de penugem cintilante. Por receber a visita de aproximadamente 250 mil indivíduos de fevereiro a abril, é considerada um dos maiores refúgios da espécie já descobertos.

O papel que esse lugar desempenha na migração do pássaro intriga os cientistas. Comaru pode ser o ponto de partida, suspeitam os pesquisadores, para muitos dos 9,3 milhões de andorinhas-azuis que se encaminham da América do Sul para a América do Norte anualmente.

Mario Cohn-Haft, curador de aves do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), em Manaus, também acredita que a ilha possa ser fundamental para entender o declínio constante da espécie. “É a maior janela que temos para o que as andorinhas-azuis fazem na América do Sul”, diz.

Estima-se que a população reprodutora norte-americana dessas aves tenha diminuído 25% desde 1966. Em algumas áreas, a queda foi ainda mais acentuada. Em outras, as aves desapareceram completamente.

Pouco se sabe sobre os desafios que a espécie encontra quando viaja. “Se pudermos rastrear seus movimentos, descobrir o que estão comendo e analisar se foram contaminados por pesticidas e outros poluentes, podemos aprender algo sobre como estão se saindo aqui”, afirma.

Cohn-Haft, junto a cientistas americanos e brasileiros, realizou em 2022 o estudo mais abrangente já feito sobre Comaru, em busca de informações que possam ajudar a garantir o futuro da espécie.

Na América do Norte, a área de reprodução da ave se estende do Canadá ao México, mas se concentra principalmente a leste das Montanhas Rochosas, nos Estados Unidos.

As andorinhas-azuis fazem ninhos exclusivamente em estruturas que os humanos erguem para recebê-los – de cabaças ocas a miniaturas de “condomínios”. Os pássaros muitas vezes voltam para o mesmo quintal, e até mesmo para a mesma estrutura, todos os anos, o que facilita a pesquisa com auxílio de dispositivos de rastreamento, que devem ser recuperados junto com as valiosas informações que trazem.

Se os pássaros chegam um pouco atrasados, “nosso telefone toca sem parar com pessoas fora de si, preocupadas que seus bebês não voltaram”, diz Joe Siegrist, presidente da Purple Martin Conservation Association, organização sem fins lucrativos de proteção e pesquisa da espécie nos EUA.

Mas essa relação nem sempre foi próxima assim. Cavidades naturais, como espaços ocultos em árvores, já foram colônias de andorinhas-azuis. A perda delas, porém – juntamente com a competição de espécies agressivas e não nativas como o estorninho europeu –, tornou as aves “100% dependentes de humanos fornecendo moradia para que eles se reproduzam”, diz Siegrist.

Embora já tenham sido estudadas extensivamente na América do Norte, o conhecimento científico sobre as andorinhas-azuis diminuiu quando elas voam para o Sul. Exatamente para onde vão, quais rotas tomam e qual habitat encontram ao longo do caminho permanecem como mistérios.

As andorinhas-azuis, por serem insetívoros aéreos (caçam insetos voando), estão entre os grupos de aves de declínio mais rápido, já que as populações de insetos também diminuíram pelo uso de pesticidas, entre outras causas. O risco para essas aves é ainda agravado por suas longuíssimas jornadas de migração.

Elas são avistadas há muito tempo na Amazônia, mas os primeiros estudos mais aprofundados começaram poucos anos atrás. Em 2007, Bridget Stutchbury, bióloga da York University em Toronto, Canadá, equipou os primeiros pássaros canoros (aqueles de cantos harmoniosos) – 20 andorinhas-azuis e 14 tordos-dos-bosques – com geolocalizadores.

(...)

Este é o terceiro ano que Cohn-Haft e Siegrist estudam as aves em Comaru. Eles capturaram cerca de cem pássaros de cada vez, e a maioria deles parece estar preparada para seguir para o hemisfério Norte – com penas novas, melhores para o voo, músculos reforçados e estoques de gordura para a viagem.

Etiquetas de rádio ajustadas às aves em temporadas passadas, detectadas pela rede de receptores dos cientistas, mostraram que permanecem no máximo duas semanas. Isso dá a Cohn-Haft a confiança de que muito mais indivíduos passam pela região do que a contagem até hoje estimou. Para ele, o número deve estar mais perto de 1,5 milhão.

O fato de uma fração tão grande de andorinhas-azuis do mundo depender de um único local suscita preocupações. Embora atualmente não haja planos de construir uma represa no rio Negro, uma futura hidrelétrica, por exemplo, poderia inundar a ilha que serve de poleiro. “Essa densidade populacional os torna vulneráveis”, explica Siegrist.

A pesquisa em Comaru também pode apontar para preocupações de conservação mais globais. O mercúrio de fontes naturais e humanas, como as atividades de

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (IDECAN - 2022)

Assinale a alternativa em que apresenta uma proposição.

- (A) A Técnica Policial Militar é assunto de qual disciplina?
- (B) Avise ao policial P1 da companhia para me entregar a escala até às 17h!
- (C) Direita, volver!
- (D) Uma unidade da polícia militar é o Batalhão de Choque.
- (E) O policial P4 da companhia.

2. (IDECAN - 2022)

A respeito da proposição “Alcebíades gosta de praticar Crossfit e Hermanotel treina Jiu Jitsu e estuda história contemporânea”, é **correto** afirmar que:

- (A) Não é possível observar proposições simples nesta proposição.
- (B) A proposição é formada por três proposições compostas.
- (C) A proposição é formada por quatro proposições simples.
- (D) A proposição é formada por três proposições simples.

3. (IDECAN - 2022)

Considere as seguintes sentenças:

I. $9 \neq 6$

II. $0 \in \mathbb{Z}$

III. $5x - 2 = 7$

Analisando as sentenças acima, é correto afirmar que:

- (A) Apenas I é proposição.
- (B) Apenas II é proposição.
- (C) Apenas III é proposição.
- (D) Apenas I e II são proposições.
- (E) Apenas II e III são proposições.

4. (IDECAN - 2022)

Assinale a alternativa que apresenta uma sentença declarativa a qual se pode atribuir um valor lógico.

- (A) Nossa, está chovendo muito!
- (B) João estudou muito e está preparado para a prova.
- (C) Planeje sua vida como se fosse seu melhor negócio.
- (D) Qual será o campeão da copa do mundo de futebol de 2022?
- (E) Quais os pré-requisitos para tentar um concurso?

5. (IDECAN - 2022)

A respeito do conceito de proposição, é **correto** afirmar que:

- (A) É uma sentença seja ela expressa de forma afirmativa ou negativa, na qual é possível atribuir um valor lógico verdadeiro, falso ou verdadeiro e falso.
- (B) Uma proposição sempre será considerada simples se puder ser expressa por símbolos.
- (C) A proposição “Fui ao supermercado fazer compras e transferir uma quantia para minha mãe” é classificada como proposição simples.
- (D) Sentenças interrogativas, imperativas e exclamativas são exemplo que não se classificam como proposição.
- (E) Uma frase imperativa pode ser uma proposição.

6. (IDECAN - 2024)

Escolha a alternativa que corresponde à negação lógica da proposição: “Ana não é médica e Carlos não é engenheiro”.

- (A) Ana é médica e Carlos é engenheiro.
- (B) Ana não é médica ou Carlos não é engenheiro.
- (C) Ana é médica ou Carlos é engenheiro.
- (D) Se Ana é médica, então Carlos é engenheiro.

7. (IDECAN - 2024)

Uma afirmação logicamente equivalente à “não vou viajar hoje ou preciso dormir agora” é:

- (A) Se não preciso dormir agora, então vou viajar hoje.
- (B) Se não vou viajar hoje, então preciso dormir agora.
- (C) Se vou viajar hoje, então não preciso dormir agora.
- (D) Se vou viajar hoje, então preciso dormir agora.

8. (IDECAN - 2023)

Sabendo-se que não é verdade que o policial militar de serviço pode dormir e pode usar a viatura para fins pessoais, é correto afirmar que:

- (A) O policial militar de serviço pode dormir ou pode usar a viatura para fins pessoais.
- (B) O policial militar de serviço não pode dormir ou não pode usar a viatura para fins pessoais.
- (C) O policial militar de serviço pode dormir ou não pode usar a viatura para fins pessoais.
- (D) O policial militar de serviço não pode dormir ou pode usar a viatura para fins pessoais.
- (E) O policial militar de serviço não pode dormir e não pode usar a viatura para fins pessoais.

9. (IDECAN - 2023)

A negação lógica de “Se Douglas for solteiro então Pedro é casado” é:

- (A) Douglas não é solteiro e Pedro não é casado
- (B) Douglas é solteiro e Pedro não é casado
- (C) Se Douglas não for casado então Pedro é casado
- (D) Se Douglas não for solteiro então Pedro não é casado

10. (IDECAN - 2023)

Uma bicondicional equivale a uma conjunção de duas condicionais. Em termos simbólicos, teremos

- (A) $p \leftrightarrow q = (p \vee q) \wedge (q \vee p)$
- (B) $p \leftrightarrow q = (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$
- (C) $p \wedge q = (p \vee q) \wedge (q \rightarrow p)$
- (D) $p \leftarrow q = (p \rightarrow \sim q) \wedge (q \rightarrow p)$

11. (IDECAN - 2023)

Considere a afirmação da sentença que segue: “Natanael é bonito e Daniel é irritado”. A negação desta sentença é dada por:

- (A) Natanael é feio ou Daniel é calmo.
- (B) Natanael é feio e Daniel é irritado.
- (C) Natanael é irritado e Daniel é bonito.
- (D) Natanael é feio e Daniel é calmo.

12. (IDECAN - 2022)

No Treinamento Físico Militar (T.F.M.) o instrutor afirmou: “- O cadete deve estar aquecido e alongado às 6h para entrar em forma”. No entanto não é verdade que o cadete devia estar aquecido e alongado às 6h para entrar em forma. É correto concluir que:

- (A) O cadete não deve estar aquecido ou nem deve estar alongado às 6h para entrar em forma.
- (B) O cadete não deve estar aquecido e nem deve estar alongado às 6h para entrar em forma.
- (C) O cadete deve estar aquecido e não deve estar alongado às 6h para entrar em forma.
- (D) O cadete não deve estar aquecido ou deve estar alongado às 6h para entrar em forma.
- (E) O cadete não deve estar aquecido e deve estar alongado às 6h para entrar em forma.

13. (IDECAN - 2022)

Há uma proposição na Matemática que afirma: “Se um número par, então é escrito da forma $2p$, em que $p \in \mathbb{Z}$ ”. Assinale a alternativa que apresenta uma proposição com o mesmo valor lógico dessa que foi apresentada.

- (A) Se um número não é escrito da forma $2p$, em que $p \in \mathbb{Z}$, então não é um número par.
- (B) Um número não será par se, e somente se não é escrito da forma $2p$, em que $p \in \mathbb{Z}$
- (C) Um número não é par, então não é escrito da forma $2p$, em que $p \in \mathbb{Z}$
- (D) Ou um número não é escrito da forma $2p$, em que $p \in \mathbb{Z}$, ou não é um número par.

14. (IDECAN - 2022)

A proposição “Se Roberta pratica natação, então possui hábitos saudáveis e se Roberta possui hábitos saudáveis, então pratica natação” é equivalente a

- (A) $\sim q \rightarrow \sim p$
- (B) $p \leftrightarrow q$
- (C) $\sim p \vee q$
- (D) $\sim p \leftrightarrow q$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (IDECAN - 2025)

Os dispositivos de armazenamento e as memórias são fundamentais para o funcionamento de um computador, desempenhando papéis distintos na gestão de dados e no processamento de informações. Enquanto as memórias temporárias facilitam o acesso rápido às informações, os dispositivos de armazenamento mantêm os dados a longo prazo. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa abaixo que apresenta corretamente a função de um dispositivo de armazenamento.

- (A) A memória cache é utilizada para armazenamento de dados a longo prazo.
- (B) A memória RAM armazena dados permanentemente e é volátil.
- (C) O disco rígido (HDD) é um dispositivo utilizado para armazenar dados de forma não volátil.
- (D) O SSD (Solid State Drive) é um tipo de memória volátil, sendo mais lento que o HDD.

2. (IDECAN - 2023)

Com o avanço da tecnologia, os dispositivos de armazenamento desempenham um papel crucial na vida cotidiana e nas operações de computadores. Profissionais de TI e entusiastas de tecnologia precisam compreender os diferentes tipos de dispositivos de armazenamento disponíveis e suas características para tomar decisões informadas sobre o armazenamento de dados.

Assim sendo, assinale entre as alternativas abaixo, aquela que apresenta um dispositivo de armazenamento que é conhecido por sua alta velocidade de acesso, mas também possui um alto custo por gigabyte em comparação com outros dispositivos de armazenamento mais comuns.

- (A) Disco rígido (Hard Disk Drive - HDD)
- (B) Pen drive (USB Flash Drive)
- (C) DVD-RW (Unidade de gravação de DVD regravável)
- (D) Unidade de estado sólido (Solid State Drive - SSD)

3. (IDECAN - 2022)

As mídias de armazenamento são meios físicos que permitem aos usuários de sistemas digitais preservarem dados de diversos formatos como por exemplo fotos, vídeos, documentos de texto ou programas de computador. Dentre os diversos tipos de mídia, existe uma que possui formato de disco e sua leitura é feita através de tecnologia óptica. Essa mídia possui 4.7 GB de capacidade de armazenamento, quando possui camada única de gravação. Entretanto tal capacidade pode ser maior com a adição de uma segunda camada. Marque a alternativa que indica, corretamente, o nome da mídia que possui tais características.

- (A) DVD
- (B) CD
- (C) Hard Disk (HD)
- (D) Disquete
- (E) Zip driver

4. (IDECAN - 2022)

Sobre os discos SSD, assinale a alternativa correta.

- (A) Possuem partes mecânicas.
- (B) São de apenas leitura de dados.
- (C) São substitutos das memórias RAM.
- (D) Por serem eletrônicos, suas taxas de leitura e gravação são mais altas que as dos HDs.

5. (IDECAN - 2022)

Disco de armazenamento secundário que não possui partes móveis, sendo totalmente eletrônico e está sendo utilizado em substituição aos discos rígidos nos sistemas de computador, é

- (A) CDROM
- (B) DVDROM
- (C) SSD
- (D) Pendrives
- (E) SDCard

6. (IDECAN - 2022)

Sobre o que se conhece dos periféricos de um computador, os Discos Rígidos e os SSDs, são classificados como

- (A) periféricos de entrada de dados.
- (B) periféricos de saída de dados.
- (C) sistemas de armazenamento secundário.
- (D) sistemas de armazenamento principal.

7. (IDECAN - 2022)

Sobre o que se conhece da tecnologia USB (Universal Serial Bus), analise as seguintes afirmativas:

I. São tipos de conectores USB: USB A, USB B, USB X, Mini-USB e Micro-USB.

II. O tipo mais comum de conector USB presente na maioria dos computadores é o Mini-USB.

III. Um dispositivo que possua um conector padrão USB 2.0 se conectado em uma porta padrão USB 3.0 funcionará normalmente.

Assinale

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente o item III estiver correto.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.

8. (IDECAN - 2022)

Quanto ao padrão USB 3.0, assinale a alternativa que indica a taxa (velocidade) de transferência de dados.

- (A) 4.8Gb/s
- (B) 5.2Gb/s
- (C) 480Mb/s
- (D) 5.0Gb/s

9. (IDECAN - 2022)

A placa mãe de um computador é a responsável não só pela conexão entre processador, memórias e fonte de energia, mas também por prover diversas opções de conexão com dispositivos externos. A respeito dos tipos de conexão comumente presentes em uma placa mãe, analise as afirmativas abaixo e marque alternativa correta.

I. Os padrões VGA e HDMI são exemplos de tipo de conectores comumente presentes em placas mães e servem para ligar, por exemplo, TVs, monitores e projetores.

II. DVI é um tipo de conexão bastante utilizada para realização de conexão entre um computador e uma rede de computadores de alta velocidade.

III. As portas do tipo USB são bastante versáteis. Nelas podemos ligar um grande variedade de equipamentos, como por exemplo: teclado, mouse, pen drive, leitores biométricos e impressoras.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa III está correta.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas

10. (IDECAN - 2022)

Os periféricos são dispositivos que podem ser ligados a um computador com o intuito de interagir com o mesmo e o usuário. Estes dispositivos são chamados de periféricos de entrada quando enviam informações para o computador. No outro sentido, quando são responsáveis por apresentar informações, são considerados periféricos de saída. A respeito dos periféricos, analise as afirmativas abaixo e marque alternativa correta.

I. Um monitor do tipo touch screen é considerado um periférico de entrada e saída. Já um monitor que não possui o recurso touch screen é apenas um periférico de entrada.

II. Teclado e mouse são dois exemplos claros de periféricos de entrada pois através deles o usuário envia informações para o computador.

III. Um scanner é considerado um periférico de entrada. O mesmo pode ser dito a respeito de uma impressora.

- (A) Apenas a afirmativa II está correta.
- (B) Apenas a afirmativa III está correta.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

11. (IDECAN - 2025)

Em um órgão público, a organização de documentos digitais é essencial para garantir a rastreabilidade das informações. Muitos servidores enfrentam dificuldades em localizar arquivos ou em manter versões atualizadas, especialmente quando utilizam múltiplas pastas e unidades de armazenamento. O conhecimento das funcionalidades nativas do Windows 10/11 para gerenciamento de arquivos e pastas permite maior eficiência e segurança no trabalho administrativo. Acerca dos recursos de gerenciamento de arquivos e pastas no Windows 10/11, marque a opção correta.

CONHECIMENTOS SOBRE ARACAJU/SE

1. (2026)

A escolha de Aracaju para sediar a capital da então Província de Sergipe, em 1855, esteve relacionada principalmente à:

- (A) necessidade de ampliar as atividades mineradoras da região central do estado.
- (B) busca por uma localização favorável ao transporte de mercadorias e à integração com as rotas marítimas.
- (C) expansão das atividades pecuárias no sertão sergipano.
- (D) instalação de universidades e centros de pesquisa científica.
- (E) necessidade de proteção militar contra invasões estrangeiras.

2. (2026)

Sobre a localização geográfica de Aracaju, assinale a alternativa correta.

- (A) Situa-se na porção oeste de Sergipe, distante do litoral.
- (B) Localiza-se exclusivamente em área de planalto.
- (C) Está situada na porção leste do território sergipano, em área litorânea banhada pelo Oceano Atlântico.
- (D) Possui localização central sem influência de rios.
- (E) Está localizada entre os estados da Bahia e Alagoas.

3. (2026)

O responsável pelo projeto urbanístico que deu origem ao chamado “Quadrado de Pirro” foi:

- (A) Inácio Joaquim Barbosa.
- (B) D. Pedro II.
- (C) Olímpio Campos.
- (D) Sebastião José Basílio Pirro.
- (E) João Alves Filho.

4. (2026)

A respeito do planejamento urbano de Aracaju, é correto afirmar que:

- (A) surgiu espontaneamente, sem planejamento prévio.
- (B) foi organizada em ruas sinuosas adaptadas ao relevo natural.
- (C) teve crescimento desordenado desde sua fundação.
- (D) foi inspirada exclusivamente no modelo colonial português.
- (E) apresentou ruas retas e quadras regulares visando facilitar a circulação e a expansão urbana.

5. (2026)

Em relação à origem do nome Aracaju, a interpretação mais difundida indica que a palavra significa:

- (A) rio dos coqueiros.
- (B) terra dos manguezais.
- (C) cajueiro dos papagaios.
- (D) morada dos pescadores.
- (E) praia das águas claras.

6. (2026)

Conforme o texto, o distrito de Aracaju foi criado pela:

- (A) Lei Provincial nº 473, de 28 de março de 1837.
- (B) Lei Provincial nº 473, de 17 de março de 1855.
- (C) Lei Municipal nº 84, de 1903.
- (D) Lei Estadual nº 525-A, de 1953.
- (E) Constituição Provincial de 1835.

7. (2026)

A elevação de Aracaju à categoria de município e capital ocorreu por meio da:

- (A) Lei Municipal nº 84, de 1903.
- (B) Lei Estadual nº 525-A, de 1953.
- (C) Lei Provincial nº 473, de 17 de março de 1855.
- (D) Lei Provincial nº 473, de 1837.
- (E) Constituição Estadual de Sergipe.

8. (2026)

Entre os fatores econômicos que justificaram a transferência da capital para Aracaju, destaca-se:

- (A) a exploração de ouro.
- (B) a expansão da indústria automobilística.
- (C) o crescimento da produção cafeeira.
- (D) a necessidade de melhor escoamento da produção açucareira.
- (E) a exploração de carvão mineral.

9. (2026)

Segundo o texto, a cidade de Aracaju consolidou-se como principal centro político e administrativo de Sergipe em razão:

- (A) da redução das atividades comerciais.
- (B) da instalação de órgãos governamentais e serviços públicos.
- (C) da transferência do porto para São Cristóvão.
- (D) da diminuição da população urbana.
- (E) da predominância das atividades agrícolas.

10. (2026)

Em relação ao chamado “tabuleiro de xadrez” de Aracaju, assinale a alternativa correta.

- (A) Representa um sistema defensivo militar.
- (B) Refere-se à distribuição irregular das ruas.
- (C) Corresponde à organização geométrica do traçado urbano.
- (D) Foi implantado apenas no século XX.
- (E) Constituiu um modelo exclusivamente rural.

11. (2026)

Conforme o Censo de 2022 do IBGE, a população de Aracaju é de aproximadamente:

- (A) 450 mil habitantes.
- (B) 502 mil habitantes.
- (C) 550 mil habitantes.
- (D) 602.757 habitantes.
- (E) 700 mil habitantes.

12. (2026)

Entre os municípios limítrofes de Aracaju encontra-se:

- (A) Lagarto.
- (B) Estância.
- (C) Barra dos Coqueiros.
- (D) Itabaiana.
- (E) Simão Dias.

13. (2026)

O clima predominante em Aracaju é:

- (A) semiárido.
- (B) tropical.
- (C) equatorial.
- (D) subtropical.
- (E) tropical de altitude.

14. (2026)

A vegetação predominante no município de Aracaju é caracterizada pela presença de:

- (A) Cerrado e Caatinga.
- (B) Mata dos Cocais e Pampas.
- (C) Floresta Amazônica e Campos Sulinos.
- (D) Mata Atlântica, manguezais e restingas.
- (E) Caatinga e Mata de Araucárias.

15. (2026)

Entre os rios que cortam o município de Aracaju encontra-se o:

- (A) Parnaíba.
- (B) São Francisco.
- (C) Jaguaribe.
- (D) Tocantins.
- (E) Poxim.

16. (2026)

Constitui área de preservação mencionada no texto:

- (A) Parque Nacional da Serra da Capivara.
- (B) APA do Morro do Urubu.
- (C) Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.
- (D) Reserva do Pantanal.
- (E) Parque Estadual de Canudos.

17. (2026)

A economia de Aracaju é baseada principalmente no setor:

- (A) primário.
- (B) agroexportador.
- (C) extrativista mineral.
- (D) de serviços.
- (E) siderúrgico.

18. (2026)

A Ponte Construtor João Alves possui relevância por:

- (A) ligar Aracaju a Itabaiana.
- (B) conectar Aracaju ao município de Estância.
- (C) ligar Aracaju à Barra dos Coqueiros.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (IDECAN - 2024)

A matéria pertinente às fontes do direito constitui objeto de estudo da teoria geral do direito. No entanto, é importante a análise do assunto na área do Direito Administrativo, pelas peculiaridades de algumas de suas fontes.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) As resoluções, as portarias, as instruções, as circulares, os regimentos, as ordens de serviços e os avisos praticados pela Administração Pública não podem ser considerados como fontes do Direito Administrativo, porque não têm a qualidade jurídica de lei.
- (B) No Direito brasileiro, a jurisprudência não é considerada fonte do Direito Administrativo, em razão dos princípios da impessoalidade e da legalidade na Administração Pública.
- (C) As Constituições dos Estados-membros e as leis orgânicas dos Distrito Federal e dos Municípios também são fontes do Direito Administrativo, porque o Estado brasileiro adotou a forma federativa.
- (D) No Direito brasileiro, o costume é fonte primária e formal do Direito Administrativo, prevalecendo, inclusive, sobre a doutrina e a lei.

2. (IDECAN - 2024)

"[...] atos normativos com caráter regulamentar, expedidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, como as resoluções, portarias, instruções, circulares regimentos, ordens de serviço, avisos, além de atos normativos do Legislativo e do Judiciário, praticados no exercício de função administrativa. É o caso dos decretos legislativos e resoluções do Legislativo, bem como dos provimentos dos Tribunais em matéria de sua respectiva competência. Ainda podem ser mencionados os pareceres normativos e as súmulas editadas no âmbito administrativo, com efeitos vinculantes para toda a Administração Pública. Todos esses atos têm em comum o fato de produzirem normas, ou seja, atos com efeitos gerais e abstratos, alguns com efeitos internos ao ente que os baixou, outros com efeitos externos."

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. Disponível em: Minha Biblioteca, 36ª edição. Grupo GEN, 2023, p. 76.

Assinale a alternativa **correta** a respeito do texto transcrito.

- (A) Esclarece a diferença entre Administração e Governo, bem como apresenta crítica à ideia de costume como fontes do Direito e da Administração.
- (B) Explica que os atos normativos da Administração Pública são fontes do Direito Administrativo.
- (C) Explica as distinções entre as diversas funções da Administração Pública.
- (D) Diz respeito ao sentido subjetivo da expressão "Administração Pública".
- (E) Diz respeito ao sentido estrito da expressão "Administração Pública".

3. (IDECAN - 2024)

Embora o poder do Estado seja uno, indivisível e indelegável, ele se desdobra em três funções: a legislativa, a executiva e a jurisdicional. Logo, distinguir Administração Pública, em sentido restrito de Governo, passa por compreender as diferenças entre as três funções essenciais do Estado. Isto é: diferenciar legislação, administração e jurisdição. Sobre o assunto, assinale a alternativa que corresponde à diferença entre as funções de legislação e administração.

- (A) A legislação é a emanção de atos de produção jurídica subsidiários dos atos primários; nela também o órgão estatal permanece acima e à margem das relações a que os próprios atos se referem. A administração é a emanção de atos de produção jurídica complementares, em aplicação concreta do ato de produção jurídica

primário e abstrato contido na lei; nessa função, o órgão estatal atua como parte das relações a que os atos se referem, tal como ocorre nas relações de direito privado.

(B) A legislação é a emanção de atos de produção jurídica solidários, em aplicação concreta do ato de produção jurídica primário e abstrato contido na lei; nessa função, o órgão estatal atua como parte das relações a que os atos se referem, tal como ocorre nas relações de direito privado. A administração é a emanção de atos de produção jurídica extintivos dos atos primários; nela também o órgão estatal permanece acima e à margem das relações a que os próprios atos se referem.

(C) A legislação é ato de produção jurídica primário, porque fundado única e diretamente no poder soberano, do qual constitui exercício direto e primário; mediante a lei, o Estado regula relações, permanecendo acima e à margem das mesmas. A administração é a emanção de atos de produção jurídica subsidiários dos atos primários; nela também o órgão estatal permanece acima e à margem das relações a que os próprios atos se referem.

(D) A legislação é a emanção de atos de produção jurídica subsidiários dos atos primários; nela também o órgão estatal permanece acima e à margem das relações a que os próprios atos se referem. A administração é ato de produção jurídica primário, porque fundado única e diretamente no poder soberano, do qual constitui exercício direto e primário; mediante a lei, o Estado regula relações, permanecendo acima e à margem das mesmas.

(E) A legislação é ato de produção jurídica primário, porque fundado única e diretamente no poder soberano do qual constitui exercício direto e primário; mediante a lei, o Estado regular relações, permanecendo acima e à margem das mesmas. A administração é a emanção de atos de produção jurídica complementares, em aplicação concreta do ato de produção jurídica primário e abstrato contido na lei; nessa função, o órgão estatal atua como parte das relações a que os atos se referem, tal como ocorre nas relações de direito privado.

4. (IDECAN - 2022)

O direito administrativo tem como fontes

I.a Constituição;

II.a lei;

III.os atos normativos da Administração Pública;

IV.a jurisprudência;

V.a doutrina;

VI.o costume;

VII.os princípios gerais de direito.

É **correto** o que se afirma

(A) apenas em I, II, III, IV e VII.

(B) apenas em I, II, III e IV.

(C) apenas em I, III, IV e V.

(D) em I, II, III, IV, V, VI e VII.

5. (IDECAN - 2026)

Na secretaria de uma unidade administrativa, o Assistente em Administração foi designado para apoiar a chefia na redistribuição de tarefas e na tramitação de processos, pois o acúmulo vem gerando atrasos no atendimento ao usuário. Para propor melhoria sem desrespeitar princípios constitucionais, ele avaliou medidas de simplificação e controle de prazos. Considerando o princípio da eficiência, a providência compatível com a execução do serviço com presteza, qualidade e economicidade consiste em:

(A) simplificar o fluxo e reduzir etapas e prazos por decisão interna, mantendo o mesmo padrão de documentos, ainda que a revisão das normas fique para depois, para acelerar a tramitação e diminuir a fila de processos.

(B) revisar o fluxo conforme as normas vigentes, eliminar burocracia desnecessária, padronizar rotinas e monitorar prazos, executando o serviço com presteza, qualidade e economicidade, de modo a evitar desperdícios e ampliar resultados ao cidadão.

(C) suspender atendimentos externos e concentrar a equipe em demandas internas por uma semana, priorizando a produtividade do setor, ainda que isso amplie o tempo de resposta e reduza a atenção ao usuário.

(D) divulgar classificação nominal de produtividade e metas individuais no mural do setor e no correio eletrônico interno, utilizando a exposição dos nomes como incentivo para elevar o rendimento funcional.

6. (IDECAN - 2025)

Esse Princípio constitui pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública, que deve obedecer não somente à lei jurídica, mas também a padrões éticos que podem ser estabelecidos em cada instituição. A violação desse Princípio pode eventualmente configurar infração disciplinar e, em casos mais graves, improbidade administrativa. Nesse sentido, o texto refere-se ao Princípio da

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

1. (IDECAN - 2024)

De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é correto afirmar que os Territórios Tradicionais

(A) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas.

(B) são culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

(C) constituem o uso equilibrado dos recursos naturais, voltados para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras dos povos e comunidades tradicionais.

(D) são espaços que visam a preservação integral das áreas naturais, considerando sua atividade econômica.

2. (IDECAN - 2025)

Com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira, marque a alternativa **correta**.

(A) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, sendo facultativa a participação dos Municípios.

(B) A dignidade da pessoa humana e o pluralismo político não estão entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito.

(C) Todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos.

(D) A independência nacional e a intervenção humanitária são princípios que regem as relações internacionais do Brasil

(E) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

3. (IDECAN - 2025)

No ordenamento jurídico brasileiro, há dispositivos que estabelecem princípios fundamentais voltados à organização do Estado, aos direitos e garantias individuais, à estrutura federativa e à promoção do bem-estar social. Esses dispositivos orientam políticas públicas e asseguram direitos que visam à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com base nessas diretrizes, marque a opção **correta**.

(A) A organização político-administrativa do Brasil é centralizada na União, que detém competência exclusiva para legislar sobre todos os assuntos, cabendo aos estados e municípios apenas a execução das normas federais.

(B) A inviolabilidade dos direitos fundamentais restringe-se aos cidadãos brasileiros natos, não se estendendo aos estrangeiros residentes no país, salvo em casos excepcionais expressamente previstos em tratados internacionais.

(C) A educação deve ser garantida pelo Estado em colaboração com a iniciativa privada, tendo como um de seus princípios a promoção da cidadania, da diversidade cultural e do respeito aos direitos humanos.

(D) Os direitos sociais têm caráter programático e sua implementação depende exclusivamente da conveniência dos governantes, não sendo passível de exigência judicial em caso de descumprimento pelo Estado.

(E) A dignidade da pessoa humana é um princípio aplicável apenas nas relações entre o cidadão e o Estado, não se estendendo às relações privadas, que são reguladas exclusivamente pelo direito civil e comercial.

4. (IDECAN - 2025)

A partir das lições emanadas da CFRB/88, sabemos que as alterações no texto se processam por meio de Emendas Constitucionais, que não poderão propor a abolição das assim chamadas cláusulas pétreas, **corretamente** apresentadas apenas em:

- (A) a maioria penal; a remuneração dos ocupantes de cargos eletivos; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- (B) a unificação dos poderes; os direitos e garantias sociais; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- (C) o nepotismo; a isenção tributária das igrejas e templos religiosos; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- (D) as polícias militares; o ensino público superior federal gratuito; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- (E) os direitos e garantias individuais; a forma federativa de Estado; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.

5. (IDECAN - 2024)

Segundo a Constituição Federal de 1988, dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil consta o(a)

- (A) ética.
- (B) patriotismo.
- (C) pluralismo político.
- (D) ordem econômica internacional.

6. (IDECAN - 2023)

Nos termos do art.1º da CRFB é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

- (A) a soberania social; a cidadania; igualdade, a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde e o pluralismo político.
- (B) a soberania internacional; a cidadania; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a singularidade política.
- (C) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (D) a soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa e o pluralismo político.

7. (IDECAN - 2022)

Entre os fundamentos da República do Brasil, conforme previsto na Constituição, estão os listados nas alternativas a seguir, à exceção de uma.

- Assinale-a.
- (A) soberania
 - (B) cidadania
 - (C) solidariedade
 - (D) pluralismo político
 - (E) dignidade da pessoa humana

8. (IDECAN - 2026)

João Bosco, 32 anos de idade, está sendo investigado pela suposta prática dos crimes de tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro. Durante o inquérito policial, a Delegada de Polícia, Dra. Marcela, representa para a decretação de busca e apreensão no domicílio de João Bosco. O magistrado, Dr. Américo, determina a realização da busca e apreensão. A Delegada de Polícia, às 23 horas, juntamente com outros policiais, comparece ao domicílio de João Bosco. O interfone é acionado, João Bosco atende e a Dra. Marcela se identifica e diz que possui mandado judicial para realizar a busca e apreensão. João Bosco, de modo educado, diz à Delegada que está assistindo a jogo de seu time de futebol, que não quer ser incomodado e desliga o interfone. Os policiais, ato contínuo, arrombam a porta da casa de João Bosco e cumprem o mandado de busca e apreensão. Diante do exposto, indique a opção correta.

- (A) A busca e apreensão realizada é lícita, tendo em vista a gravidade dos crimes praticados por João Bosco.
- (B) A busca e apreensão realizada é ilícita, tendo em vista que o magistrado não estava presente no momento de seu cumprimento.
- (C) A busca e apreensão realizada é ilícita, tendo em vista que foi realizada a noite e sem o consentimento de João Bosco.
- (D) A busca e apreensão realizada é lícita, tendo em vista que houve autorização do Poder Judiciário.
- (E) A busca e apreensão realizada é lícita, tendo em vista a presença da Delegada de Polícia ao ato.

9. (IDECAN - 2025)

Dentro de um crime de extorsão mediante sequestro, a fim de assegurar perigo iminente e garantir bem jurídico de maior relevância para o ordenamento (a vida da vítima sequestrada), o Sargento Harley, juntamente com Cabo Davidson, ao deter um dos suspeitos do

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1. (IDECAN - 2022)

Suponha que uma lei penal temporária tenha atribuído a delito já existente na legislação uma causa de aumento que se faria incidir caso o crime em questão fosse praticado no período que referida lei temporária estivesse em vigor. Nesse sentido, suponha também que Caio tenha infringido a lei nos termos descritos, ou seja, tenha praticado o delito na hipótese prevista pela lei temporária. Suponha, igualmente, que, na data do julgamento de Caio, por conta da prática da conduta penalmente descrita em análise, referida lei penal temporária não esteja mais em vigor.

Nessa situação, é correto afirmar que

- (A) Caio deverá responder com a incidência da causa de aumento prevista na lei penal temporária, mesmo referida lei não estando mais em vigor.
- (B) como a lei penal temporária não está mais em vigor, não incide a causa de aumento nela prevista à conduta de Caio.
- (C) como ocorreu a *abolitio criminis* em relação à causa de aumento prevista na lei penal temporária, esta não se aplica a Caio.
- (D) o juiz poderá ou não aplicar a causa de aumento prevista na lei penal temporária, a depender se, na situação concreta, for mais benéfico a Caio.
- (E) Caio deverá responder sempre com a pena mais grave possível, não importa se a lei penal é temporária ou não, como medida de justiça.

2. (IDECAN - 2023)

Quanto ao tempo do crime é correto afirmar:

- (A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (B) Considera-se praticado o crime somente no momento da ação.
- (C) Considera-se praticado o crime tentado no momento da ação ou omissão culposa, ainda que outro seja o momento do resultado naturalístico.
- (D) Considera-se praticado o crime somente no momento da ação, pouco importando o momento do resultado.

3. (IDECAN - 2022)

Acerca do dolo e da culpa no âmbito penal, analise os itens abaixo:

- I. O crime preterdoloso é aquele em que o agente age com o chamado dolo culposos.
- II. Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- III. A depender do nexo de causalidade, se o agente der causa ao resultado por imperícia, é possível que o crime seja doloso ou culposos.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas III.
- (D) apenas I e II.
- (E) I, II e III.

4. (IDECAN - 2025)

Assinale a alternativa correta sobre o erro de tipo (art. 20, *caput*, do CP).

- (A) O sujeito ignora a presença de um elemento do tipo objetivo, o que afasta o dolo e a culpa no erro de tipo invencível.
- (B) O erro de tipo vencível não exclui o dolo, porque o erro de tipo é sempre compatível com o aspecto cognitivo do dolo.
- (C) O erro de tipo essencial é o conhecimento do agente sobre o elemento do tipo objetivo.
- (D) O objeto do erro de tipo é o tipo subjetivo.
- (E) Ocorre quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado.

5. (IDECAN - 2022)

Aquele que pratica conduta descrita no tipo penal do delito de tráfico de drogas, mas em erro sobre elemento constitutivo do tipo, ou seja, em hipótese de erro de tipo essencial poderá

- (A) alegar atipicidade da conduta.
- (B) responder pela modalidade culposa do delito.
- (C) ser isento de pena.
- (D) ter a pena diminuída com base em causa especial de diminuição de pena.
- (E) alegar excludente de ilicitude da conduta.

6. (IDECAN - 2025)

O crime é fato típico, antijurídico e culpável. O fato típico, por sua vez, possui quatro elementos integrantes: a conduta do agente, o resultado da conduta, o nexo causal e a tipicidade penal. Resultado e nexo de causalidade são dois elementos intimamente ligados. O resultado é entendido como a modificação no mundo exterior provocada pela conduta: é a consequência da conduta. Baseia-se em duas teorias: naturalística e jurídico normativa, sendo esta última corretamente definida como:

(A) Crime é toda lesão ou ameaça a um bem jurídico relevante: todo crime tem resultado jurídico, pois sempre agride a um bem jurídico tutelado pelo direito penal. Se não houver resultado jurídico não existe crime: homicídio é crime, pois atinge o bem jurídico “vida”, roubo é crime, pois atinge o bem jurídico “patrimônio”.

(B) Crimes são uma modificação “naturalmente visível” causada no mundo exterior pela conduta, como a perda patrimonial no furto, a morte no homicídio ou os traumas físicos na lesão corporal.

(C) Considera o crime como um desdobramento causal em decorrência lógica, óbvia, previsível e normal da conduta. Se há mais de uma causa, e uma causa depende da outra, todas ligam a conduta ao resultado e definem o crime.

(D) O resultado naturalístico é até possível, mas é “irrelevante”, pois o “resultado final” não precisa necessariamente acontecer, como na extorsão mediante sequestro, que se consuma quando a vítima é sequestrada, mesmo que os criminosos recebam ou não o resgate.

(E) Em um crime, a relação causa-efeito independe da apreciação jurídica de dolo ou culpa. Se um motorista está dirigindo de forma correta e uma criança se solta da mão da mãe e se precipita na frente do carro vinda a ser atropelada e morrer, mesmo sem atuar com dolo ou culpa, o motorista deu causa à morte.

7. (IDECAN - 2026)

Waldir, 39 anos de idade, professor universitário, motivado por desavenças profissionais, decide matar seu colega de magistério, Humberto, 45 anos de idade. Waldir comenta com o seu irmão, Américo, 48 anos de idade, sobre sua intenção de ceifar a vida de Humberto e que, no sábado seguinte, concretizaria a empreitada criminosa. Na madrugada de sábado, Américo comparece à residência de Waldir e, de modo silencioso e

cuidadoso, retira os projéteis da arma de fogo do irmão, deixando-a no mesmo lugar. Waldir, ao acordar, coloca a arma de fogo na cintura e dirige-se até a residência de Humberto. No momento em que Humberto abre a porta de sua residência, Waldir saca a arma de fogo e tenta efetuar os disparos que, em virtude da ausência de projéteis, não realiza disparo algum. Policiais que passavam no local efetuam a prisão em flagrante de Waldir por suposta prática do delito de tentativa de homicídio. Com base nos fatos narrados marque a afirmativa correta.

(A) Waldir cometera, em tese, crime de tentativa de homicídio, que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.

(B) Waldir não cometera crime, pois é impossível matar alguém, a tiros, com uma arma de fogo desmuniada.

(C) Waldir cometera, em tese, crime de tentativa de homicídio, pois não tinha ciência de que seu irmão havia retirado os projéteis da arma de fogo.

(D) Waldir não cometera crime, pois trata-se de ineficácia relativa do meio para matar alguém.

(E) Waldir não cometera crime, pois trata-se de desistência voluntária, respondendo, criminalmente, apenas pelos atos já praticados.

8. (IDECAN - 2026)

Nos termos do artigo 14, inciso I, do Código Penal, considera-se consumado o crime que nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Nos termos do inciso II do artigo 14, considera-se tentado o crime quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Com base no Código Penal, aponte a afirmativa correta.

(A) Pune-se a tentativa, salvo disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado diminuída de um terço a metade.

(B) Pune-se a tentativa, salvo disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado diminuída de um sexto a dois terços.

(C) Pune-se a tentativa, salvo disposição em contrário, com pena correspondente ao crime consumado diminuída de um terço a dois terços.

(D) Pune-se a tentativa, independentemente de disposição em contrário, com a mesma pena do crime consumado.

(E) Pune-se a tentativa, independentemente de disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado diminuída de um terço a dois terços.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. Considere que um advogado esteja defendendo os direitos de uma criança e um adolescente em um caso de violação de seus direitos fundamentais.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aponte a alternativa que está em total conformidade com as diretrizes legais de proteção integral e garantias desses direitos.

(A) O ECA permite que normas municipais estabeleçam faixas etárias diferentes para definir o que é considerado criança ou adolescente, dependendo das particularidades de cada localidade.

(B) O ECA assegura que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, devendo ser punido conforme a lei qualquer atentado aos direitos fundamentais de ambos.

(C) Apenas o poder público tem a responsabilidade exclusiva de garantir, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos essenciais das crianças e adolescentes, não havendo participação da sociedade ou das famílias.

(D) Considera-se criança a pessoa com até dez anos de idade incompletos e adolescente aquela entre dez e dezoito anos completos.

(E) A proteção integral do ECA se aplica apenas às crianças e adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando-lhes prioridade nas políticas públicas voltadas para sua proteção.

2. (IDECAN - 2025)

O artigo 227 da Constituição Federal dispõe que “[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Nesse contexto, assinale a opção que traz um princípio consagrado no ECA.

(A) Princípio do interesse do menor.

(B) Princípio da autonomia da vontade das partes.

(C) Princípio da lesividade.

(D) Princípio da intervenção mínima.

(E) Princípio da adequação social.

3. (IDECAN - 2024)

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Devemos observar corretamente que, para este público, a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude envolvem a garantia de:

(A) direito fundamental à vida e à saúde.

(B) prioridade.

(C) liberdade.

(D) assistência.

(E) supremacia da rentabilidade social.

4. (IDECAN - 2025)

O noticiário, periodicamente, apresenta notícias de agressão em ambientes de socioeducação – por parte, especialmente, de agentes públicos que deveriam estar ali para educar e proteger. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Capítulo I “Do direito à vida e à saúde”, esse tipo de conduta fere especialmente o artigo

(A) 1º – o qual naturaliza as práticas repressivas quando há desordem nesse espaço.

(B) 8º – o qual enfatiza o direito da segurança de adolescentes.

(C) 4º – em que se aborda especificamente o direito à educação em casa.

(D) 7º – o qual aborda o direito à proteção à vida e à saúde.

(E) 6º – que protege adultos de menores infratores.

5. (IDECAN - 2025)

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **correta** sobre os direitos fundamentais e as garantias previstas.

(A) A educação, assegurada como direito fundamental, deve ser promovida pelo Estado e pela família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, sendo facultado ao poder público intervir nos casos em que a família optar pela não escolarização da criança, em respeito ao princípio da liberdade educativa.

6. (IDECAN - 2024)

A Lei Nº 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Segundo sua s disposições, no que se refere à atenção prestada à saúde da gestante, é obrigatório aos hospitais e demais estabelecimentos de saúde:

- (A) Fornecer declaração de nascimento constando somente as intercorrências do parto.
- (B) Encaminhar a gestante para realizar o processo de amamentação e em outra instituição.
- (C) Manter alojamento separado, não sendo permitido ao neonato a permanência junto à mãe.
- (D) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de quinze anos.
- (E) Realizar exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.

7. (IDECAN - 2025)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a observância do princípio constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes com absoluta prioridade na garantia dos seus direitos. Segundo o ECA, é correto afirmar que os agentes públicos executores de medidas protetivas que usarem de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção dos menores estarão sujeitos à:

- (A) aplicação da pena de demissão, considerando o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e a gravidade da situação.
- (B) garantia de um tratamento de saúde especializado à vítima e psicológico a sua família.

(C) obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, podendo a pena ser aplicada pelo Conselho Tutelar.

(D) aplicação da pena de advertência em qualquer caso, independente da sua gravidade.

(E) aplicação da pena de suspensão pelo seu chefe imediato, por período máximo de 30 dias.

8. (IDECAN - 2025)

A Lei nº 8.069 (ECA) foi criada em 13 de julho de 1990 e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Nos termos do ECA, devemos observar corretamente que participar da vida política, na forma da lei, assim como buscar refúgio, auxílio e orientação, refere-se a:

- (A) Aspectos dos direitos à liberdade.
- (B) Aspectos da garantia de prioridade.
- (C) Diretrizes e princípios.
- (D) Objetivos e deveres norteadores.
- (E) Seguranças afiançadas.

9. (IDECAN - 2025)

A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, assegurado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, requer um conjunto de estratégias que envolvem diferentes políticas públicas. Um dos desafios centrais desse plano é garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade não sejam afastados do convívio familiar sem antes esgotar todas as possibilidades de apoio à família de origem. Entre as medidas previstas para fortalecer esse direito, destaca-se:

- (A) o incentivo ao acolhimento institucional como estratégia prioritária de proteção integral, reduzindo o tempo de permanência no ambiente familiar.
- (B) a priorização de ações que afastem crianças e adolescentes da família de origem sempre que identificada situação de vulnerabilidade social.
- (C) a substituição do acolhimento institucional por programas de internação compulsória para crianças e adolescentes em situação de risco.
- (D) a ampliação da adoção internacional como principal alternativa para crianças em situação de vulnerabilidade.
- (E) a implementação de programas de apoio psicossocial às famílias para garantir a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU/SE

1. (2026)

Segundo a Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 3º, § 1º, a soberania popular será exercida no Município por instrumentos que permitem a atuação direta da população na vida política e administrativa local. Considerando expressamente os mecanismos previstos nesse dispositivo, assinale a alternativa correta.

(A) A soberania popular será exercida apenas por meio do voto direto e secreto, sendo vedadas formas de participação administrativa direta.

(B) A soberania popular compreende exclusivamente plebiscito, referendo e eleição dos representantes municipais.

(C) A soberania popular será exercida mediante plebiscito, participação popular nos órgãos colegiados, referendo, iniciativa popular no processo legislativo, participação popular em decisão da administração pública e ação fiscalizadora sobre a administração pública.

(D) A soberania popular será exercida somente por iniciativa popular e consulta pública convocada pelo Prefeito.

(E) A soberania popular depende de autorização prévia da Câmara Municipal para ser exercida por qualquer instrumento de participação direta.

2. (2026)

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 19, inciso IX, alínea “a”, compete ao Município organizar e prestar determinados serviços, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. Em relação ao transporte coletivo urbano e intramunicipal, assinale a alternativa correta.

(A) O transporte coletivo urbano e intramunicipal possui caráter essencial.

(B) O transporte coletivo urbano é serviço facultativo, podendo ser prestado exclusivamente pela iniciativa privada, sem fiscalização municipal.

(C) O transporte coletivo intramunicipal é atribuição exclusiva do Estado de Sergipe, não integrando a competência municipal.

(D) O transporte coletivo urbano somente poderá ser explorado por autarquias estaduais.

(E) O transporte coletivo intramunicipal não pode ser objeto de concessão ou permissão.

3. (2026)

Conforme a Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 21, o patrimônio municipal é composto por bens e direitos juridicamente vinculados ao Município. Considerando também o que dispõe o referido artigo sobre a dívida proveniente da receita não arrecadada, assinale a alternativa correta.

(A) Constituem patrimônio do Município apenas os bens imóveis utilizados pela Administração direta.

(B) Integram o patrimônio municipal somente os bens de uso comum do povo, excluídos créditos e direitos.

(C) O patrimônio do Município compreende exclusivamente os bens móveis, não abrangendo dívida ativa ou créditos tributários.

(D) A dívida proveniente da receita não arrecadada não integra o patrimônio municipal, pois possui natureza meramente contábil.

(E) Constituem patrimônio do Município os bens de sua propriedade, os direitos de que é titular e a dívida proveniente da receita não arrecadada.

4. (2026)

A respeito da aquisição e venda de imóveis pelo Município, a Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 24, estabelece exigências específicas de avaliação técnica e autorização legislativa. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa correta.

(A) A aquisição e venda de imóveis dependem apenas de autorização do Prefeito, dispensada avaliação técnica quando houver interesse público.

(B) A aquisição e venda dos imóveis devem ser precedidas de avaliação efetuada por, no mínimo, três técnicos especializados, e autorizadas pela Câmara Municipal.

(C) A venda de imóveis exige avaliação por um único servidor municipal, desde que ocupante de cargo efetivo.

(D) A compra de imóveis municipais prescinde de autorização da Câmara quando houver parecer favorável do órgão de patrimônio.

(E) A avaliação técnica somente é obrigatória para alienação gratuita, sendo dispensada na aquisição onerosa.

5. (2026)

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, arts. 36 e 37, há distinção entre permissão e concessão de serviço público. Considerando os requisitos formais previstos nesses dispositivos, assinale a alternativa correta.

(A) A permissão e a concessão de serviço público são sempre outorgadas por portaria, sem necessidade de edital ou contrato.

(B) A concessão de serviço público independe de autorização da Câmara Municipal quando houver urgência administrativa.

(C) A permissão de serviço público será feita mediante contrato precedido de concorrência pública.

(D) A permissão será outorgada por decreto, após edital de convocação dos interessados, enquanto a concessão será feita com autorização da Câmara Municipal, mediante contrato precedido de concorrência pública.

(E) A concessão e a permissão possuem natureza definitiva e não se submetem à fiscalização municipal.

6. (2026)

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 41, § 3º, o Prefeito poderá decretar intervenção em empresa concessionária ou permissionária em hipóteses legalmente previstas. Sobre a eficácia do ato de intervenção, assinale a alternativa correta.

(A) Se o ato de intervenção não for ratificado pela Câmara Municipal no prazo de 30 dias de seu recebimento, perderá sua eficácia.

(B) O ato de intervenção terá eficácia permanente, independentemente de ratificação pela Câmara Municipal.

(C) A intervenção somente cessará após decisão judicial transitada em julgado.

(D) A Câmara Municipal deverá ratificar o ato de intervenção no prazo de 90 dias, sob pena de responsabilização do concessionário.

(E) O ato de intervenção será encaminhado ao Tribunal de Contas, e não à Câmara Municipal.

7. (2026)

A Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 47, disciplina os princípios que regem a atividade da Administração Pública dos Poderes do Município e das entidades descentralizadas. Considerando expressamente o rol previsto no dispositivo, assinale a alternativa correta.

(A) A Administração Pública municipal obedecerá apenas aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

(B) A razoabilidade não se aplica à Administração Pública municipal, pois não consta da Lei Orgânica.

(C) A atividade da Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade.

(D) A Administração municipal observará somente os princípios da publicidade e da finalidade administrativa.

(E) A moralidade administrativa será aplicada apenas aos atos do Poder Executivo, não alcançando entidades descentralizadas.

8. (2026)

Conforme a Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, art. 51, §§ 1º a 4º, os Conselhos Municipais podem ser criados por lei complementar para estabelecer a participação da comunidade na administração pública. Sobre esses Conselhos, assinale a alternativa correta.

(A) Os Conselhos Municipais terão função exclusivamente legislativa, substituindo a Câmara Municipal em matérias de interesse popular.

(B) A participação nos Conselhos Municipais será sempre remunerada, por se tratar de função técnica obrigatória.

(C) Os Conselhos Municipais serão criados diretamente por decreto do Prefeito, dispensada lei.

(D) Os Conselhos Municipais terão composição fixa prevista na Lei Orgânica, sem possibilidade de definição por lei específica.

(E) A participação nos Conselhos do Município será gratuita e constituirá serviço público relevante, executados os conselhos colegiados que deliberem em nível de recursos administrativos em grau de segunda instância.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!